ISSN: 2358-8829

PAPEL DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) VOLTADO AOS ESTUDANTES DAS ESCOLAS PÚBLICAS: AVANÇOS E DESAFIOS.

Sara Duarte da Silva [1]
Thamyres Sousa Teixeira [2]
Ana Paula Ferreira [3]

INTRODUÇÃO

O debate sobre a inclusão educacional tem assumido posição de destaque nas discussões acadêmicas, políticas e pedagógicas contemporâneas, especialmente a partir do reconhecimento de que o direito à educação ultrapassa a simples matrícula do estudante na escola, exigindo condições concretas de permanência, participação e aprendizagem. Conforme assinala Mantoan (2016), a inclusão pressupõe uma mudança paradigmática profunda, que implica repensar concepções, reorganizar estruturas e transformar culturas escolares, de modo a construir ambientes educativos mais democráticos, colaborativos e acessíveis a todos. Tendo em vista esses aspectos, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) apresenta-se como um dos principais dispositivos de concretização das políticas inclusivas no contexto da escola pública, visando identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade capazes de eliminar barreiras à aprendizagem e à participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Diante desse contexto, torna-se fundamental a diferenciação entre os espaços responsáveis por estruturar a escola inclusiva, suas funções distintas, bem como a articulação dos processos educativos relacionados aos estudantes, público-alvo da Educação Especial.
o professor do AEE é um profissional com formação específica em Educação Especial, atuante junto à equipe pedagógica, entre cujas funções se destacam o planejamento e a orientação das práticas inclusivas, principalmente nas salas de

[1]Graduanda do Curso de Pedagogia no Centro Universitário de Iporá – UNIPORÁ, saraduarte113@gmail.com;
[2] Graduanda do Curso Curso de Pedagogia no Centro Universitário de Iporá – UNIPORÁ, thamyressousa183@gmail.com;
[3] Professora orientadora: Mestra em Gestão, Educação e Tecnologia – pela Universidade Estadual de Goiás – UEG, Unidade Luziânia – GO, nanapaula.ferr@gmail.com;

aula regulares. Do mesmo modo, sua atuação se encontra fundamentada na perspectiva do trabalho colaborativo, visando a promoção da articulação entre os diferentes entes da comunidade escolar. Partindo desses pressupostos, a presente pesquisa visou responderao seguinte problema: quais são os principais avanços e desafios na implementação do AEE na escola pública? Como hipóteses orientadoras, considera-se que: I. O AEE, quando desenvolvido de forma articulada ao ensino regular e sustentado por práticas colaborativas, contribui de maneira significativa para a aprendizagem e a participação dos estudantes com necessidades educacionais específicas (NEE); II. A carência de formação continuada, de recursos materiais e de integração entre os profissionais constitui um dos principais obstáculos à efetividade desse atendimento; III. Apesar dessas limitações, as políticas inclusivas vêm promovendo avanços graduais na consolidação de estratégias pedagógicas mais equitativas e acessíveis nas redes públicas de ensino.
O objetivo geral da pesquisa é analisar o papel do Atendimento Educacional Especializado no contexto das escolas públicas, identificando desafios e avanços apontados pela literatura acadêmica. Como objetivos específicos, destacam-se: discorrer sobre os fundamentos e princípios da inclusão educacional; abordar os aspectos conceituais,metodológicos e estratégicos que estruturam o AEE; discutir criticamente os principais desafios enfrentados, bem como os progressos alcançados na implementação desse atendimento nas instituições públicas.

A relevância do estudo se justifica pela necessidade de ampliar o conhecimento acerca das práticas inclusivas, bem como a compreensão de quais subsídios teóricos podem contribuir para o aprimoramento das políticas e ações pedagógicas voltadas ao atendimento à diversidade. Além disso, o estudo busca contribuir para a reflexão crítica e para o fortalecimento da escola pública enquanto espaço inclusivo, assegurando não apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem significativa de todos os estudantes.

ISSN: 2358-8829

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracterizou-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa, tendo como objetivo analisar criticamente a produção científica acerca do papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contexto das escolas públicas, com ênfase nos desafios enfrentados e nos avanços observados na consolidação de práticas inclusivas. A pesquisa bibliográfica, conforme definição de Gil (2008), desenvolve-se a partir de materiais já publicados, como livros, artigos, dissertações, teses e documentos oficiais, possibilitando ao pesquisador o contato sistemático com diferentes interpretações teóricas e evidências produzidas sobre o tema investigado. Adotou-se a abordagem qualitativa por priorizar a compreensão dos significados, concepções, experiências e interpretações presentes nos estudos analisados, em vez da quantificação de dados (Lüdke; André, 2010). Essa perspectiva se mostrou adequada para examinar dimensões pedagógicas, políticas e sociais relacionadas à implementação do AEE, permitindo interpretar como as práticas inclusivas vêm sendo construídas no cotidiano escolar e quais fatores interferem em sua efetividade. O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados acadêmicas amplamente utilizadas na área educacional, como SciELO, Google Acadêmico, Portal de Periódicos CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Para a busca das produções, empregaram-se combinações de descritores e palavras-chave, tais como: Atendimento Educacional Especializado, inclusão, práticas pedagógicas inclusivas e AEE na escola pública. Foram adotados como critérios de seleção trabalhos disponíveis na íntegra, publicados em língua portuguesa e com aderência direta ao objeto de estudo. Após a triagem inicial por meio da leitura de títulos e resumos, realizamos a leitura integral dos textos elegíveis, seguida de análise interpretativa e categorização temática dos conteúdos, considerando fundamentos teóricos, procedimentos metodológicos, resultados apresentados e contribuições para o debate sobre o AEE.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para González (2020), ao longo de sua constituição histórica como instituição social, a educação tem se configurado como um campo tensionado por escolhas antagônicas que orientaram a organização do trabalho pedagógico, oscilando entre projetos formativos comprometidos com a humanização, a autonomia e a emancipação dos sujeitos, e outros que, ao contrário, visaram a reprodução de práticas de domesticação, conformismo e desumanização. A educação inclusiva baseia-se no reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo do ambiente escolar e no princípio de que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sensoriais, sociais ouculturais, têm direito à educação de qualidade e à participação plena no processo educativo. Essa concepção rompe com modelos tradicionais baseados na homogeneização e na segregação, ao defender que a escola deve se reorganizar para atender às diferenças, e não adaptar o estudante a um modelo único de ensino. Por sua vez, Mantoan (2006) argumenta que a inclusão pressupõe uma mudança paradigmática profunda, que envolve a transformação das práticas pedagógicas, das estruturas institucionais e das culturas escolares.

Nessa perspectiva, a educação inclusiva desloca o foco do déficit individual para as barreiras presentes no contexto educacional, exigindo práticas pedagógicas flexíveis, colaborativas e comprometidas com a aprendizagem de todos. Assim, se faz necessário a compreensão dos fundamentos da inclusão para analisar políticas, serviços e estratégias pedagógicas voltadas ao atendimento da diversidade na escola pública. Nesse sentido, Sassaki (2018) reforça que a inclusão se estrutura a partir de uma compreensão ampliada do público atendido pelas políticas e práticas educacionais, contemplando não apenas as pessoas com deficiência, mas também os estudantes que apresentam necessidades educacionais específicas (NEE).

O artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96 pressupõe a contribuição dos sistemas educativos para a formação de cidadãos críticos, éticos e politicamente conscientes, capazes de reconhecer seus direitos e deveres, atuando de maneira responsável na vida coletiva, com autonomia no mundo do trabalho e nas práticas sociais (Brasil, 1996). Em seu trabalho sobre a Pedagogia da Diferença, Mantoan (2017) reforça que no princípio, a inclusão escolar foi concebida de maneira restrita e operacional, sendo frequentemente reduzida à

ISSN: 2358-8829

mera transferência de estudantes com deficiência, até então segregados em instituições ou classes especiais, para o interior das turmas regulares do ensino comum. Ressalta-se que sob a perspectiva da referida autora, essa interpretação, de caráter predominantemente integracionista, limitava-se à dimensão espacial da escolarização, priorizando o acesso físico ao ambiente escolar sem, contudo, questionar as estruturas pedagógicas, curriculares e atitudinais que sustentavam práticas excludentes. Para Duarte (2020), refletir sobre a inclusão escolar implica, inevitavelmente, considerar a complexidade constitutiva da diversidade humana, reconhecendo que a igualdade jurídica de direitos não suprime as múltiplas diferenças que caracterizam os sujeitos em suas trajetórias, expectativas, disposições subjetivas, condições socioculturais, habilidades e demandas específicas. Ao contrário, tais singularidades configuram dimensões inerentes à experiência humana e, portanto, não podem ser negligenciadas pelos processos educativos.

Partindo da perspectiva apresentada por Duarte (2020), a inclusão demanda a superação de modelos que tratam os estudantes como um coletivo uniforme, exigindo a construção de práticas pedagógicas sensíveis às particularidades e capazes de assegurar o respeito às distintas formas de aprender, participar e se desenvolver. Assim, a convivência social e, de modo mais enfático, a formação promovida pelas instituições escolares, deve ser orientada por princípios de reconhecimento, valorização e acolhimento das diferenças, de modo que a diversidade deixe de ser percebida como obstáculo e passe a constituir elemento estruturante de uma educação realmente democrática (Duarte, 2020). Quando nos referimos à igualdade de direitos à educação, estamos falando de direitos iguais e não de estudantes igualados e reduzidos a uma identidade que lhes é atribuída e definida de fora, formando conjuntos arbitrariamente compostos: bons e maus estudantes, repetentes, bem-sucedidos, normais, especiais. Quando nos referimos ao direito à diferença, estamos tratando da diferença entre esses, que, mesmo passíveis de serem agrupados por uma semelhança qualquer, continuam diferentes entre si, dado que a diferença tem o seu sentido adiado, infinitamente (Mantoan, 2017, p. 25). Sob a perspectiva de Mantoan (2017) e Duarte (2020), a constituição da subjetividade humana está intrinsecamente ligada às dimensões relacional e histórica, não se

formando de modo isolado ou autossuficiente. Para Duarte (2020), a singularidade do sujeito se estrutura no movimento dialético entre apropriação e objetivação, sempre mediado pelas relações sociais. Assim, a formação da individualidade ocorre no contato com os bens culturais, simbólicos e materiais historicamente produzidos. “Por esta forma, as forças sociais saem do âmbito imediato ‘em si’ e passam ao plano das forças genéricas ‘para si’ por meio das forças sociais elaboradas coletivamente” (Duarte, 2020, p. 242). Segundo Ramos (2006), a educação inclusiva pode ser compreendida como uma reorientação paradigmática das práticas pedagógicas, ao propor uma abordagem que transcende a mera inserção física dos sujeitos no espaço escolar e se compromete com a efetiva democratização do acesso ao conhecimento. Há que ressaltar que essa perspectiva visa garantir que todos os indivíduos, independentemente de suas especificidades, tenham condições equitativas de participação e aprendizagem, ao mesmo tempo em que atua no enfrentamento de preconceitos, discriminações e das múltiplas barreiras, sejam elas sociais, culturais e atitudinais e que historicamente têm promovido a exclusão. Em seus estudos, Duarte (2020) ressalta que a educação inclusiva pode ser considerada como parte estruturante de uma sociedade orientada pela equidade e pelos valores democráticos, ao reconhecer a diversidade humana como elemento constitutivo do processo educativo e assegurar o direito universal a uma educação de qualidade. Ao considerar as singularidades, necessidades e potencialidades dos sujeitos, essa perspectiva rompe com lógicas excludentes historicamente marcadas pelo preconceito e pela discriminação, promovendo a construção de ambientes escolares que ultrapassam a dimensão do acolhimento e se orientam para o desenvolvimento integral dos estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De modo geral, a análise dos estudos selecionados permitiu problematizar o papel do AEE no contexto das escolas públicas, conforme posto na questão norteadora da pesquisa, qual seja, compreender o que a literatura científica tem evidenciado acerca dos desafios e dos avanços relacionados à sua implementação. De modo geral, observa-se que parte significativa dos trabalhos evidencia o potencial do AEE quando esse se organiza de maneira colaborativa e integrada à dinâmica escolar. Estudos como os de Gomes (2020), Nordony,

Vieira e Carvalho (2020), Andrade, Rebouças e Oliveira (2021), Silva e Alencar (2024), Lopes e Andrade (2025) e Miranda *et al.* (2025) destacam que a atuação conjunta entre professores do ensino regular e do atendimento especializado favorece a construção de estratégias pedagógicas mais flexíveis, o uso de recursos de acessibilidade, a elaboração de planos individualizados e a ampliação da participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Nesses contextos, o AEE deixa de ser percebido como serviço paralelo e passa a assumir caráter complementar e mediador, fortalecendo a inclusão no cotidiano da sala de aula. Tais evidências corroboram a primeira hipótese orientadora da investigação, segundo a qual o AEE, quando articulado ao ensino comum e sustentado por práticas colaborativas, contribui de forma significativa para a aprendizagem e para o desenvolvimento dos estudantes. As experiências relatadas por Nordony, Vieira e Carvalho (2020) e por Andrade, Rebouças e Oliveira (2021), por exemplo, indicam que o trabalho conjunto entre profissionais amplia a qualidade das intervenções pedagógicas, ao passo que Silva e Alencar (2024) ressaltam a importância de dispositivos como as Salas de Recursos Multifuncionais, o Plano Educacional Individualizado e a parceria com famílias e equipes multidisciplinares como elementos estruturantes de um atendimento mais eficaz. Entretanto, os estudos também apontam, de forma recorrente, limitações que comprometem a implementação do AEE nas redes públicas. Gomes (2020), Mafra (2022), Santana e Teixeira (2022), Silva Júnior *et al.* (2024), Duarte (2024), Silva *et al.* (2025) e Miranda *et al*. (2025) estes autores destaquemque existem lacunas na formação especializada de professores, recursos pedagógicos e tecnológicos inadequados, fragilidade na infraestrutura e planejamento não integrativo. Essas observações formam um quadro em que a política inclusiva foi legalmente consagrada, mas precisa lutar para tomar forma real no dia a dia da escola.

Nesse sentido, a segunda hipótese também se confirma, uma vez que a falta de formação continuada, de suporte material e de articulação entre os profissionais emerge como um dos principais entraves à efetividade do atendimento. Os relatos analisados por Osório e Sardagna (2020) demonstram que, na ausência do AEE, os docentes assumem sozinhos a responsabilidade de adaptar o ensino, frequentemente sem apoio técnico adequado, o que gera

insegurança e sobrecarga. De forma semelhante, Mafra (2022) e Santana e Teixeira (2022) apontam o descompasso entre a legislação e as condições reais das escolas, evidenciando a distância entre o discurso inclusivo e as possibilidades concretas de implementação. Outro aspecto recorrente refere-se às resistências atitudinais e culturais que ainda atravessam o espaço escolar. As reflexões de Lima, Santos e Monteiro (2021) e de Rebouças e Rebouças (2023) indicam que a inclusão, além de demandar recursos e formação, exige mudanças nas concepções de gestores, professores e famílias, uma vez que persistem preconceitos, inseguranças e dificuldades de acolhimento da diferença. Nessa mesma direção, Lima e Leal (2025) ressaltam que a história da Educação Especial ainda repercute em práticas excludentes, revelando que a consolidação do AEE depende também de transformações simbólicas e culturais no interior das instituições. Apesar dessas limitações, a literatura evidencia avanços graduais na consolidação de políticas e práticas inclusivas, o que sustenta a terceira hipótese desta pesquisa. Estudos como os de Duarte (2024), Lopes e Andrade (2025) e Miranda *et al.* (2025) apontam que o AEE tem ganhado maior visibilidade institucional, sendo incorporado ao projeto pedagógico das escolas e reconhecido como direito dos estudantes. Além disso, Silva e Alencar (2024) e Silva Júnior et al. (2024) destacam o crescimento de estratégias metodológicas diferenciadas, do uso de tecnologias assistivas e do planejamento colaborativo, elementos que contribuem para tornar o currículo mais acessível e pautado na diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado e das informações contidas na literatura consultada, verificou-se que os objetivos propostos foram alcançados,visto que foi possível discorrer sobre alguns aspectos e princípios da inclusão, compreendendo-a como processo histórico, político e pedagógico orientado pela garantia do direito à aprendizagem, à participação e à valorização da diversidade no espaço escolar. Também foram abordados os aspectos conceituais, metodológicos e estratégicos que estruturam o Atendimento Educacional Especializado, evidenciando seu caráter complementar e articulado ao ensino

comum, bem como o papel de recursos como planejamento individualizado, tecnologias assistivas, adaptações curriculares e trabalho colaborativo entre profissionais. Ademais, a discussão crítica da literatura permitiu identificar, de forma consistente, os principais desafios enfrentados pelas escolas públicas, ao mesmo tempo em que foram reconhecidos avanços progressivos relacionados à ampliação do acesso, ao fortalecimento das políticas inclusivas e à incorporação de práticas pedagógicas mais equitativas. A literatura analisada demonstra que, quando há integração entre profissionais, planejamento compartilhado e investimentos formativos, o atendimento especializado potencializa a aprendizagem e a participação. Por outro lado, quando isolado, precarizado ou concebido como responsabilidade exclusiva de um setor, tende a reproduzir limitações históricas. Observa-se que a implementação do AEE nas escolas públicas apresenta-se como processo em construção, marcado simultaneamente por conquistas e desafios, exigindo continuidade de investimentos, fortalecimento da formação docente e consolidação de práticas colaborativas para que a inclusão se efetive.

Como desdobramentos, o estudo aponta para a necessidade de aprofundar investigações empíricas que examinem a implementação do AEE em contextos específicos, considerando realidades regionais, condições de infraestrutura e experiências colaborativas entre docentes, de modo a produzir subsídios mais contextualizados para a formulação de políticas públicas. Dessa forma, esperamos que futuras pesquisas e intervenções contribuam para o aprimoramento das práticas inclusivas e para o fortalecimento de uma escola pública que assegure, de maneira efetiva, o direito de aprender de todos.

Palavras-chave: Atendimenro Educacional Especializado, Inclusão, Práticas Pedagógicas, Escola Pública

AGRADECIMENTOS

Dedico esta conquista a Deus, pois sem ele nada disso seria possível. Á minha família, pilar fundamental da minha trajetória, pelo amor, apoio e incentivo constantes.

Aos meus amigos, que de alguma forma fizeram parte desta jornada, meu sicero agradecimento.Dedico também á criança que eu fui e á mulher que me tornei.

Obrigada por não desistir, mesmo diante das dificuldades.
“ Porque dele, por ele e para ele são todas as coisas” (Romanos 11:36)

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. A.; REBOUÇAS, A. O.; OLIVEIRA, R. T. A inclusão de alunos com TEA no ensino comum: relatos de experiências de AEE numa escola pública. Momento – Diálogos em Educação, v. 30, n. 2, p. 261-279, 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.

DUARTE, M. G. A. O lugar do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas da rede municipal de ensino: desa de fios e possibilidades. 2024. Trabalho de graduação em Pedagogia – Universidade Federal da Paraíba, Bananeiras, 2024.

DUARTE, N. A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social do indivíduo. Campinas: Autores Associados, 2020.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, R. M. O. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contexto da educação especial, para a construção e a consolidação de uma escola inclusiva: caminhos e descobertas. 2020. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Universidad San Lorenzo, San Lorenzo, 2020.

GONZÁLEZ, J. Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas. Tradução: Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2020.

LIMA, C. S.; LEAL, D. A. Além dos obstáculos: inclusão, deficiência intelectual e o Atendimento Educacional Especializado – AEE. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 11, n. 1, 2025.

LIMA, Y. M.; SANTOS, T. R. L.; MONTEIRO, R. A. O. Entre a inclusão e a exclusão: reflexões de professores sobre educandos com autismo em escola pública. Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 14, n. 33, 2021.

LOPES, S. A. C.; ANDRADE, S. S. A atuação do(a) professor(a) de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na construção de uma escola comum inclusiva. 2025. Trabalho de conclusão de curso – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2025.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2010. (O texto cita dois autores, mas a lista do artefato traz só Lüdke. Confira a capa do livro.)

MAFRA, M. A. As políticas públicas de inclusão no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE): entre a teoria e a prática. RECIMA21, v. 3, n. 12, 2022.

MANTOAN, M. T. E. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 2006.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2016.

MANTOAN, M. T. E. Diferenciar para incluir ou para excluir? Por uma pedagogia da diferença. In: LUSTOSA, F. G.; MARIANA, F. B. Diversidade, diferença e deficiência. Fortaleza: Edições UFC, 2017.

MIRANDA, L. et al. O papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE): desafios e perspectivas para a implementação do AEE como prática pedagógica complementar e suplementar à escolarização, à luz do novo decreto federal. Conhecimento em Rede, 2025.

NORDONY, D. G. M.; VIEIRA, L. R. A.; CARVALHO, F. V. S. Atendimento Educacional Especializado (AEE): educação inclusiva para e pela diversidade. Cadernos de Gênero e Diversidade, v. 6, n. 3, 2020.

OSÓRIO, P. F.; SARDAGNA, H. V. A falta de oferta do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica: narrativas dos professores de uma escola pública. Revista de Educação, Ciência e Cultura, Canoas, v. 25, n. 1, 2020.

RAMOS, R. Passos para a inclusão. São Paulo: Cortez, 2006.

REBOUÇAS, G. L.; REBOUÇAS, A. F. A inclusão do aluno com deficiência em sala de aula regular de escola pública: um estudo de caso. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, n. 7, 2023.

SANTANA, A. M. N.; TEIXEIRA, V. R. L. A importância do Atendimento Educacional Especializado na educação especial em escolas públicas. Id on Line Revista de Psicologia, v. 16, n. 63, p. 299-313, 2022.

SASSAKI, R. K. A escola para a diversidade humana: um novo olhar sobre o papel da educação no século XXI. In: GUIMARÃES, T. M. Educação inclusiva: construindo significados novos para a diversidade. Belo Horizonte: SEE-MG, 2018.

SILVA, E. G.; ALENCAR, G. A. R. AEE na perspectiva inclusiva: possibilidades de atendimentos. Revista PPC – Políticas Públicas e Cidades, v. 13, n. 2, 2024.

SILVA JÚNIOR, E. E. et al. A atuação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na promoção da inclusão escolar. Ciências Humanas, v. 28, n. 135, 2024.

SILVA, J. A.; BARBOZA, N. A. S.; COUTINHO, D. J. G. Os desafios do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 3, 2025.